

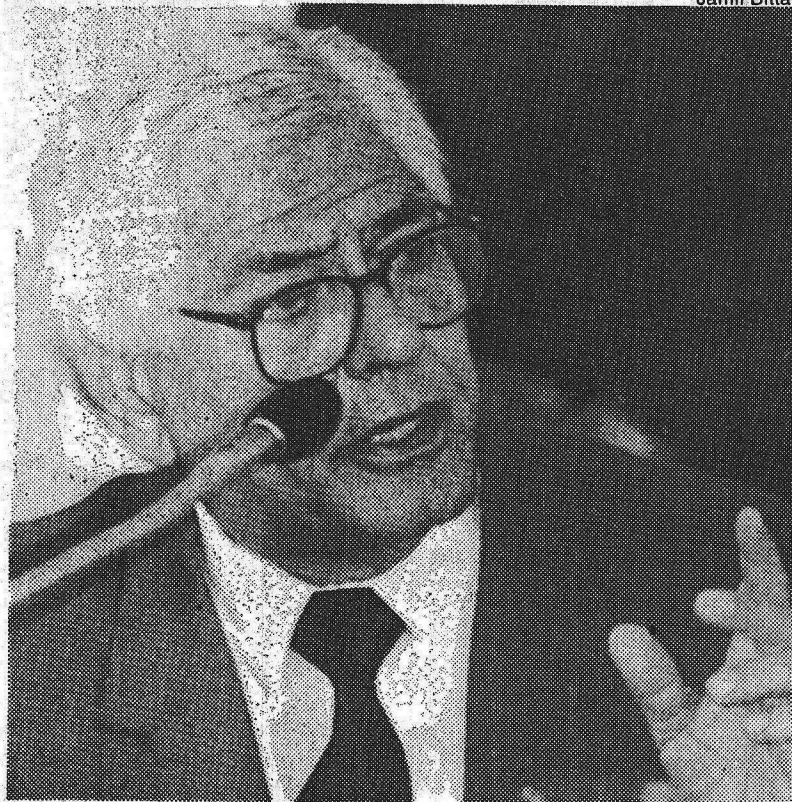
Raunheitti entra com ação no STF

Jamil Bittar

O deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), suspeito de ter desviado cerca de US\$ 15 milhões do Orçamento da União para entidades sociais ligadas à sua família, entrou no Supremo Tribunal Federal com pedido de liminar contra a Mesa da Câmara para que seja sustado o processo de cassação de seu mandato. O pedido tem por objetivo fazer com que o Judiciário intervenha na CPI do Orçamento, dando-lhe a oportunidade de entrar com uma ação declaratória, na qual tenha "oportunidade de defesa".

O ministro Sepúlveda Pertence, que está de plantão em Brasília, deverá despachar a ação hoje ou amanhã, mas a tendência é de que negue o pedido, já que a expectativa de cassação do mandato do deputado Fábio Raunheitti e de outros parlamentares é uma questão *interna corporis* do Congresso. As liminares em mandados de segurança costumam ser concedidas pelos juízes quando está em jogo um direito líquido e certo do acusado. No caso, o processo de cassação do mandato ainda não teve início, dependendo do relatório final da CPI do Orçamento.

O deputado Raunheitti alega em suas razões que "não foi referido como articulador de esquemas com empreiteiras; não foi



O deputado Raunheitti entrou com liminar no STF contra cassação

acusado de ter oferecido dinheiro para obtenção de vantagens; não teve seu nome ligado a qualquer ação para favorecer municípios, mediante recepção de vantagens ilícitas". Segundo seus advogados, Raunheitti não é dono de nenhuma entidade filantrópica no Rio de Janeiro e só beneficiou entidades assistenciais legalmente matriculadas no estado. Fábio Raunheitti quer "provar a legali-

dade do processo de concessão das subvenções".

Segundo o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), coordenador da Subcomissão de Subvenções da CPI do Orçamento, o deputado Fábio Raunheitti e sua família comandariam uma rede integrada por diversas entidades assistenciais suspeitas, entre elas a Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil.